

O pacote

Os industriais também não gostaram dessas medidas

Mais inflação, mais desemprego, juros mais altos. Na opinião de dois representantes da indústria, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, e o presidente da Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas (Anapemei), Cláudio Rubens Pereira, serão estas as principais consequências do pacote anunciado ontem. Albano Franco, que teme um aumento brutal da inflação, está defendendo como antídoto a criação de um redutor único para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e para a correção monetária.

Essa decisão, segundo ele, evitaria que os aumentos de preços se propagassem aos salários, e assim que se criasse um círculo vicioso que estimula a inflação.

Já Cláudio Rubens Pereira previu que a redução no subsídio ao crédito irá agravar ainda mais a situação das pequenas e médias indústrias, com o risco de, a curto prazo, se aumentar o índice de desemprego. O setor, disse ele, "não dispõe de poder de barganha com seus grandes fornecedores, que reajustam os preços mensalmente, e com seus compradores, que pressionam para obter repasses nos custos, trimestralmente". Depois de afirmar que recebe o novo pacote "com extrema desconfiança", Pereira lembrou que "todos os pacotes anteriores sempre esconderam alguma coisa. Nossa situação vai apertar mais" — concluiu.

Juros mais altos

Para Albano Franco, o governo também surpreendeu com o pacote, ao contrabalançar a liberação do crédito com o aumento do depósito compulsório incidente sobre os depósitos à vista e a prazo, o que, a seu ver, também contribuirá para aumentar a taxa de juros, e não baixá-la, como insistentemente vêm defendendo a CNI e outras entidades.

O presidente da CNI também criticou o fato de que, mais uma vez, a classe empresarial deixou de ser ouvida pelo governo quanto à adoção das medidas incluídas no pacote. Para ele, a centralização das decisões econômicas continua sendo uma constante por parte do governo, apesar de todos os protestos dos empresários. Para o senador Albano Franco, a complexidade dos problemas que o País enfrenta exige entendimentos entre governo e oposição em torno de princípios capazes de contribuir para um melhor equacionamento daquelas questões.

Na próxima terça-feira, a diretoria da CNI se reunirá para examinar em profundidade os efeitos das medidas incluídas no pacote econômico.

Indústria automobilística

A redução do subsídio ao crédito para exportação é a medida que mais deverá trazer problemas à indústria automobilística. "Realmente, é uma medida que deve ter impacto" — comentou o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Newton Chiaparin — "porque, no momento, os países que mais precisam desses financiamentos são os que estão mais fechados".

Mas Chiaparin acredita que as medidas referentes à área agrícola, "ao menos à primeira vista", deverão favorecer a venda de tratores. "Neste aspecto, o pacote é bem-vindo, pois haverá maior crédito para o setor, o que estamos reivindicando há um bom tempo."

Sobre a desindexação da economia: "Para mim, há uma opinião generalizada de que deve haver a desindexação. Só não se sabe como e quanto" — completou.

E o déficit público?

Já o presidente da Bolsa de Valores Minas-Espírito Santo-Brasília, Fernando Resende, classificou as medidas governamentais de "pacote tributário", porque, segundo ele, o governo, "em vez de cortar os déficits, preferiu promover uma maior arrecadação".

Fernando Resende disse não ver "como estas medidas poderão contribuir, por exemplo, para diminuir as taxas de juros. A primeira vista, o governo só se preocupou em aumentar a sua arrecadação".

— A causa de toda essa situação de inflação e juros altos são os déficits do setor público e das estatais. Enquanto não for tomada uma medida realmente cabal quanto a esses déficits, não teremos como sair do caos em que nos encontramos. E no novo pacote do governo, as medidas que deveriam conter os déficits das estatais não foram postas com muita clareza", segundo o vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de Minas Gerais — Ciemg, José Alencar Gomes da Silva. Ele disse que "por mais necessárias que sejam as medidas adotadas, elas exigem, para ter algum resultado, o apoio de toda a sociedade. Esse apoio pressupõe confiabilidade e credibilidade no governo, mas esta credibilidade está tornando-se cada vez mais difícil. Eu, pessoalmente, não acredito mais em soluções técnicas. Acho que a solução só virá através da plenitude democrática, quando toda a sociedade puder participar das decisões que lhe afetam".

"Um traque"

O presidente do Molino Pacífico, Lawrence Pih, também acredita que, agora, a pressão inflacionária será bem maior. "Pelas projeções que fiz antes do pacote, a inflação deveria fechar o ano com 150%. Com o pacote, a inflação deverá pular para 185%." Para ele, o governo perdeu um ótimo momento para tomar medidas mais profundas. "Esperava um tiro de canhão, o governo soltou um traque que não vai adiantar nada. Não atenderá aos anseios do Fundo Monetário Internacional e, por isso mesmo, não será o último pacote."



Os dirigentes de associações comerciais não acreditam que as novas medidas tragam reais benefícios ao setor, principalmente em relação a uma redução nas taxas de juros. Nas palavras de José Papa Júnior, trata-se de "um pacote extremamente frustrante".

O comércio recebe o pacote com muitas críticas. E ceticismo.

Crítica e ceticismo — sobretudo quanto às expectativas de uma redução das taxas de juros — caracterizaram a reação dos dirigentes de associações comerciais diante das medidas impostas pelo novo pacote. Ruy Barreto, presidente da Confederação das Associações Comerciais, por exemplo, disse acreditar que a redução do IOF — Imposto sobre Operações Financeiras — e a liberação dos controles do crédito bancário poderão reduzir a taxa de juros. Mas alertou que essa expectativa poderá ser frustrada diante do aumento do recolhimento compulsório sobre os depósitos bancários à vista e a prazo.

Segundo o raciocínio de Barreto, o aumento do recolhimento compulsório pode reduzir a oferta do dinheiro, e isso provocaria a alta da taxa de juros cuja redução, no entanto, é objetivada pelas demais medidas adotadas pelo governo na área financeira. Ele espera, de todo modo, que as demais medidas de contenção de despesas das empresas estatais e o corte de subsídios deverão contribuir para a queda da inflação. "Não se pode mais admitir que essas medidas serão inócuas para combater a inflação", disse. Ele condenou, no entanto, a centralização das decisões econômicas que exclui outros segmentos da sociedade e com isso

aumentam as possibilidades de erro.

Mais contundente, e nada otimista quanto a uma queda na inflação, o empresário e presidente da Federação e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo, José Papa Júnior, disse que "o governo perdeu uma grande oportunidade de impor correções estruturais à economia brasileira", lançando, "sob esse aspecto, um pacote extremamente frustrante". Papa Júnior disse que "a sociedade estava preparada para receber o impacto de medidas contundentes, que trariam ônus em um primeiro momento, mas que, a médio prazo, permitiriam ao País retomar um salutar processo de desenvolvimento". O que se deu — ele desabafou — "foi mais uma vez uma composição política das autoridades da área econômica com alguns setores que têm o privilégio de participar com o governo das decisões, o que torna ineficiente qualquer política econômica".

Papa Júnior disse que o pacote, ao elevar a arrecadação do setor público, se revestiu de aspectos nitidamente inflacionários. "É evidente que a retirada gradual dos subsídios e a redução dos gastos das estatais se destinam à correção do déficit do setor público", afirmou. "Mas não reduzem a presença do setor público no bolo econômico,

pelo contrário, através da elevação da carga tributária temos a participação de um Estado economicamente mais autoritário e que amplia os desacertos da própria economia". "O que todos esperávamos", lamentou Papa Júnior, "eram medidas que reduzissem as taxas de juros e a inflação, e elevassem o nível de emprego." Na sua opinião, o caminho acertado seria uma relativa desindexação e uma drástica redução da presença do Estado no sistema financeiro e na tributação.

"Engolindo o Brasil"

Outro que lamentou o fato de o governo não ter optado pela desindexação e que criticou duramente as estatais foi o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos. Ele preferiu não fazer comentários específicos sobre o pacote, mas disse que as medidas só trarão "resultados favoráveis a médio prazo" se o setor público for disciplinado e se "a falta de complemento das medidas pela desindexação" não reduzir inteiramente seus "efeitos benéficos" e aumentar seus "custos sociais".

Num telegrama que enviou ontem ao presidente da República em nome da Associação Comercial de São Paulo, Afif Domingos con-

clamou Figueiredo a "assumir a coordenação da política de ajustamento econômico, direcionando-a para o controle das empresas estatais, como ponto primordial do programa".

Ao reunir-se ontem com empresários de Presidente Prudente, Afif voltou a atacar as estatais, comparando-as a um leão. "Quando o animal é pequeno, a gente pode até brincar com ele. É uma gracinha. Mas ao crescer, se não o colocamos numa jaula, ela nos engole como está engolindo o Brasil." Na sua opinião, o pacote provocará um impacto imediato no poder aquisitivo do povo, tudo porque o "fulcro dos problemas se chama dispêndio público". Irônico, ele observou que o governo deveria tratar as empresas estatais e a iniciativa privada com igualdade. "Nelas (nas estatais) não se tem notícia de desemprego nem de contenção de despesas." "Elas não quebram." Seus funcionários "tem 13, 14, 15 salários, automóveis de luxo na porta, ajuda de custo". "Deste lado (o das estatais), o País parece uma ilha de prosperidade", enquanto no outro "vemos suor e lágrimas". Afif disse que há cerca de 12 mil oficiais militares operando nas estatais e concluiu afirmando que as distorções são tão grandes que estão debilitando o regime democrático.

O pedido unânime dos empresários: desindexação.

Desindexação. Este o pedido unânime dos empresários paulistas que de um modo quase geral se mostraram descontentes diante do pacote divulgado ontem pelo governo. Eles acham que sem a desindexação o pacote terá seus efeitos anulados e, a longo prazo, além de "sofrimento", trará desemprego e mais recessão.

O vice-presidente da Fiesp — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo —, Mário Amato, foi bem claro com relação à questão. "Se não vier um segundo tempo — disse — esse pacote se esvaizará mesmo." Por "segundo tempo" ele quis dizer a implantação da desindexação. "Ela deve vir de algum modo, escalonada, seja como for, mas deve vir, se não estamos nos arriscando a ter aí apenas um pacote a mais." Irônico, o presidente do Sindicel, Sindicato das Indústrias de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não-Ferrosos do Estado de São Paulo, Sérgio Ugolini, afirmou: "Não foi um pacote, foi um emburalhado", lamentando a falta de um expurgo nos índices que medem a correção monetária.

O diretor da Fiesp, empresário Roberto Della Manna, não pensa diferente. "Espero apenas — afirmou — que os homens do governo estejam certos e os empresários errados, embora todas as regras econômicas digam o contrário." E foi mais adiante: "Eu pessoalmente acho que em 60 dias essas medidas vão ter seus efeitos anulados". Sérgio Ugolini, inclusive, acha que o pacote "não resolve" e acrescentou que "ele vai ser doloroso por longo tempo porque sem a desindexação a inflação não vai baixar" e poderá haver agravamento da recessão.

— Vai criar mais desemprego e recessão a longo prazo. Com a desindexação o prazo de sofrimentos seria menor e acho mesmo que a recessão diminuiria.

Ugolini entende que o pacote poderá ajudar muito pouco em termos de queda de juros, "porque um de seus maiores componentes hoje é a correção monetária, e, se ela não mudar, não muda nada".

O presidente do Grupo Votorantim, José Ermírio de Moraes, por sua vez, não acredita que sem a desindexação o pacote traga muitos avanços no combate à inflação. "O problema do Brasil — disse — é que todos pensam demais na dívida externa enquanto o problema também tem de ser colocado em termos de mercado interno."

— Esse pacote — prosseguiu José Ermírio — tinha de trazer o País para a realidade do mercado interno e, como sempre disse, aplicando recursos em obras essenciais, já que o Brasil gastou muito dinheiro em obras que poderiam ter sido evitadas.

Ele também acha que o juro está muito ligado à correção monetária e que o pacote trará poucos efeitos nessa área. Também se colocou contra qualquer tipo de achatamento salarial, lembrando que "os trabalhadores já foram muito sacrificados e, para haver desindexação, essa questão teria que estar muito clara". Concluiu dizendo que "o pacote não trouxe o alento que esperávamos". "Sinceramente, prefiro um pouquinho mais de inflação com pleno emprego que 10 ou 15 pontos percentuais a menos na inflação com um grande desemprego. Para conseguir isso somente um estado ditatorial, que é o que nenhum de nós quer", afirmou.

Paulo Francini, diretor da Fiesp, foi mais evasivo e não achou o pacote tão "vazio" como os demais empresários. "Mas — frisou — tornará os efeitos desejados bem mais difíceis." Ele entende que a eliminação quantitativa da expansão de crédito, mais uma redução substancial no déficit público e uma redução no IOF poderão aliviar um pouco as taxas de juros, mas advertiu que o fim dos subsídios poderá trazer, por outro lado, efeitos inflacionários. Ele espera apenas que a retirada dos subsídios não seja repassada para os preços dos produtos. Defendeu a desindexação e considera que sua ausência no pacote foi uma "decisão política difícil de ser tomada".

O empresário Horácio Cherkassky, do setor de papel, acha que as medidas são insuficientes para absorver as necessidades de redução do déficit público, porque "precisamos economizar no mínimo dois trilhões de cruzeiros nos gastos públicos, que hoje devem ser da ordem de sete trilhões".

E acrescentou, pessimista: "Não creio que esse mínimo será alcançado". Pois sem a desindexação, ele disse, "não vejo viabilidade de qualquer medida surtir efeito". João Franco de Camargo Neto, presidente da Abia, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, apóia a retirada gradual dos subsídios, "mas desde que acompanhada de preços mínimos, sem o que tudo será ineficiente". Camargo acha que no início, a curto prazo, deverá haver um recrudescimento da inflação, mas, "se o governo fizer mão firme na redução do déficit público e no controle dos meios de pagamento, poderá haver reversão dessa situação".

O presidente da Abinee, Firmi-ro Rocha de Freitas, entende que o pacote não será totalmente inócuo. "Acho que é um primeiro passo — ele disse —, tímido passo para se chegar a alguma coisa. Mas se não vierem outros passos, aí sim, será inócuo", frisou. Entre esses "outros passos", ele ressaltou a desindexação, acrescentando que "sua vinda é essencial, assim como o fim das ORTN com correção cambial, juntamente com a contenção do déficit público".